

Eólica Paraíso S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Eólica Paraíso S.A.
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Paraíso S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Eólica Paraíso S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de energia elétrica e contas a receber - Contrato de Energia de Reserva ("CER")

Veja as Notas 3e, 5 e 13 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

As receitas de energia elétrica e contas a receber da Companhia são originados exclusivamente do Contrato de Energia de Reserva - CER celebrado junto a Camara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, e são reconhecidas considerando as quantidades de energia efetivamente geradas e os preços definidos no referido contrato. Esse contrato contém regras e mecanismos, que exigem julgamento da Companhia na determinação da estimativa das receitas de energia elétrica e contas a receber a serem reconhecidas, tais como: (i) O faturamento das receitas de energia elétrica são fixos, conforme volumes e preços definidos contratualmente; (ii) Independente do volume gerado e entrega de Energia pela Companhia, ela terá direito a recebimento de receita fixa mensal; (iii) A quantidade de energia efetivamente gerada pela Companhia é comparada com os limites definidos no contrato, sendo o limite inferior (10% em relação a energia contratada) e o limite superior (30% em relação a energia contratada); (iv) Se a geração de energia da Companhia exceder o limite inferior e/ou superior, a liquidação dessa diferença ocorrerá no exercício seguinte. Caso a geração de energia elétrica não seja superior aos referidos limites, mantendo-se dentro da faixa de tolerância, a liquidação ocorrerá somente ao final do quadriênio. Devido à relevância dos valores envolvidos, ao julgamento exercido pela Companhia na determinação dessas estimativas que pode impactar o valor das receitas reconhecido nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Efetuamos a leitura e análise do Contrato de Energia de Reserva - CER e obtivemos o entendimento das regras e mecanismos que poderiam impactar a estimativa das receitas de energia elétrica e contas a receber. Também efetuamos o recálculo matemático da estimativa das receitas de energia elétrica e contas a receber contabilizadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2017, no qual foram validados os principais dados utilizados, tais como: (i) Quantidade de energia gerada mensalmente obtida através de relatórios da Camara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; (ii) Preços e quantidades de energia contratadas obtidos no Contrato de Energia de Reserva - CER. Efetuamos também o confronto dos saldos apurados com os saldos contábeis apresentados nas demonstrações financeiras e analisamos a adequação das divulgações efetuadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receita de energia elétrica e contas a receber, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 28 de abril de 2017, sem modificações.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 31 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Eólica Paraíso S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.761	3.363	Fornecedores	9	1.304	994
Contas a receber de clientes	5	4.120	1.204	Financiamentos	7	3.586	3.749
Tributos compensáveis		655	471	Debêntures	8	2.643	2.652
Partes relacionadas	16	908	-	Obrigações tributárias	10	1.403	3.406
Despesas antecipadas		102	31	Dividendos		814	379
Total do ativo circulante		10.546	5.069	Partes relacionadas	16	1.112	144
				Total do passivo circulante		10.862	11.324
Aplicações financeiras	4	-	2.333	Provisão para desmobilização		55	55
Contas a receber de clientes	5	4.038	3.980	Tributos diferidos		-	1.124
Imobilizado	6	86.467	89.622	Obrigações tributárias	10	2.282	-
Total do ativo não circulante		90.505	95.935	Financiamentos	7	48.614	51.373
				Total do passivo não circulante		50.951	52.552
				Patrimônio líquido	11		
				Capital social		32.199	31.485
				Reserva de lucros		7.039	5.643
				Total do patrimônio líquido		39.238	37.128
Total do ativo		101.051	101.004	Total do passivo e patrimônio líquido		101.051	101.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Paraíso S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	2017	2016
Receita operacional líquida	13	14.198	13.385
Custos de geração	14	<u>(4.186)</u>	<u>(1.016)</u>
Lucro bruto		<u>10.012</u>	<u>12.369</u>
Despesas gerais ou administrativas		(868)	(3.038)
Outras despesas/receitas		<u>408</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>9.552</u>	<u>9.331</u>
Receita financeiras		210	906
Despesas financeiras		<u>(8.066)</u>	<u>(6.840)</u>
Resultado financeiro líquido	15	<u>(7.856)</u>	<u>(5.934)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.696	3.397
Imposto de renda e contribuição social	12	<u>135</u>	<u>(1.802)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>1.831</u></u>	<u><u>1.595</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Paraíso S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	1.831	1.595
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>1.831</u></u>	<u><u>1.595</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Paraíso S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Reserva de Lucros				
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Total Geral
Saldos em 31 de dezembro de 2015	31.359	224	4.203	-	35.786
Capital integralizado	126	-	-	-	126
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.595	1.595
Constituição de reserva legal	-	80	-	(80)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(379)	(379)
Lucros a disposição da assembleia	-	-	1.136	(1.136)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	31.485	304	5.339	-	37.128
Capital subscrito e integralizado	714	-	-	-	714
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.831	1.831
Constituição de reserva legal	-	92	-	(92)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(435)	(435)
Lucros a disposição da assembleia	-	-	1.304	(1.304)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	32.199	396	6.643	-	39.238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Paraíso S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.831	1.595
Depreciação	3.155	1.599
Juros sobre empréstimo	5.178	3.809
Tributos diferidos	(1.124)	(496)
Provisão para desmobilização	-	55
Varição nos ativos e passivos		
Aumento em impostos a recuperar	(184)	(131)
Aumento em contas a receber de clientes	(2.974)	(3.608)
Aumento em outros créditos	-	(27)
Partes relacionadas	60	-
Aumento em despesas antecipadas	(71)	-
Aumento em fornecedores	310	336
Aumento em obrigações fiscais	279	2.601
Caixa líquido originado pelas atividades operacionais	<u>6.461</u>	<u>5.733</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de principal e juros de debêntures	(9)	(7.463)
Amortização de principal e juros de empréstimos e financiamentos	(8.100)	(4.131)
Captações de financiamentos	-	2.633
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(8.109)</u>	<u>(8.961)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	2.333	(2.333)
Integralização de capital	714	126
Aquisição de imobilizado	-	(16.391)
Caixa líquido originado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>3.047</u>	<u>(18.598)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.398</u>	<u>(21.826)</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3.363	25.189
No fim do exercício	<u>4.761</u>	<u>3.363</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.398</u>	<u>(21.826)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

a. Constituição e capacidade produtiva

A Eólica Paraíso S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de setembro de 2011, com sede na cidade de Lagoa Nova, estado de Rio Grande do Norte. A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento EOL Pelado, incluindo a implantação e montagem, bem como a comercialização de energia.

A Companhia possui 1 (uma) central geradora de energia eólica situada no município de Bodó, no Estado do Rio Grande do Norte, constituída de dez unidades geradoras de 2 MW*, totalizando 20 MW* de capacidade instalada.

A Companhia iniciou suas operações comerciais e de geração de energia em janeiro de 2016.

b. Autorização

A autorização para funcionamento como produtor independente de energia elétrica possui prazo de 30 (trinta) anos contados a partir da publicação da Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. A resolução, bem como a data de sua emissão é:

Central geradora eólica	Portaria ANEEL	Data da publicação
Pelado	263	30/04/2012

c. Capital Circulante Líquido

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante nas demonstrações financeiras no montante de R\$ 316. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia ou, se necessário, por meio de aportes financeiros dos acionistas controladores.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2018.

As informações de MW não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

Não há julgamentos críticos e incertezas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Principais Práticas Contábeis

a. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e os recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. A seguir, segue a estimativa de vida útil do imobilizado:

Torres de Geração de Energia Eólica

25 anos

c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que esta não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e os recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

d. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

e. Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A Companhia possui um único contrato, na modalidade de Energia de Reserva, celebrado com a CCEE, o qual possui as seguintes características:

- Contabilização e liquidação exclusivamente no mercado de curto prazo da CCEE;
- Contratos firmados entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE;
- Recebimento de receita fixa com base no contratado, independentemente de sua geração;
- Liquidação do excedente do limite superior (30% da energia contratada) ou inferior (10% da energia contratada) no exercício subsequente.

O reconhecimento de receita ocorre pela transferência (geração) da energia elétrica para a CCCE - Câmara de Comercialização de Energia.

f. Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes e CPC 48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia já efetuou uma avaliação preliminar dos impactos estimados em suas demonstrações financeiras, e com base na sua avaliação entende que não há impactos significativos. O impacto estimado da adoção dessas novas normas baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras, sendo que os impactos reais da adoção das novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

CPC 47 - Receitas de Contratos com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, substituindo as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas. O novo CPC estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

- 1. Identificar o contrato com o cliente**
- 2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato**
- 3. Determinar o preço das transações**
- 4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho**
- 5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho**

Toda energia produzida pela Companhia é vendida de Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Regulada. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada à CCEE; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente, o que leva a Companhia a entender que não haverá impactos significativos no reconhecimento da receita a partir da entrada em vigência do novo CPC.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

- **Instrumentos financeiros não derivativos:** Empréstimos e recebíveis; e
- **Passivos financeiros não derivativos:** Outros passivos financeiros.

O risco de crédito é avaliado pela Companhia como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes.

Dessa forma, com base na sua avaliação, a Companhia entende que os novos requerimentos de classificação e mensuração não terão um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(ii) Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

4 Caixas e equivalentes de caixa

	2017	2016
Bancos	2025	1.355
Aplicações financeiras (a)	<u>2736</u>	<u>4.341</u>
	<u>4.761</u>	<u>5.696</u>
Circulante	4.761	3.363
Não circulante	-	2.333

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas de Terceiros, junto ao BNB (Banco do Nordeste) e Santander, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 99% CDI referente as aplicações do Santander, taxa de 96% CDI referente as aplicações do BNB. O montante de R\$ 2.333 em 2016 registrado no ativo não circulante refere-se a conta reserva, vinculada ao financiamento do BNDES.

5 Contas a receber de clients

	2017	2016
Câmara Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	<u>8.158</u>	<u>5.184</u>
Circulante	4.120	1.204
Não Circulante	<u>4.038</u>	<u>3.980</u>

Todos os títulos em aberto em 31/12/2017 estão classificados como a vencer.

O montante de R\$ 4.038 classificado como não circulante refere-se as provisões efetuadas e que serão liquidadas ao final do quadriênio conforme regras estabelecidas no Contrato de Venda de Energia celebrado com a CCEE.

6 Imobilizado

Composição do imobilizado

Movimentação do imobilizado

	Saldo em 1º/01/2017	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Edificações, obras civis e benfeitorias	<u>89.622</u>	<u>(3.155)</u>	<u>86.467</u>
Total	<u>89.622</u>	<u>(3.155)</u>	<u>86.467</u>

	Saldo em 1º/01/2016	Adições	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2016
Edificações, obras civis e benfeitorias	30.877	16.702	43.642	(1.599)	89.622
Imobilizado em andamento (a)	<u>41.422</u>	<u>2.220</u>	<u>(43.642)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>72.299</u>	<u>18.922</u>	<u>-</u>	<u>(1.599)</u>	<u>89.622</u>

(a) Os montantes registrados nessa conta referem-se a equipamentos das estruturas eólicas.

7 Financiamentos

	Taxa de juros	Vencimentos	2017	2016
Financiamentos (a)	2,65% a.a. + TJLP	15/06/2032	<u>52.200</u>	<u>55.112</u>
Circulante			3.586	3.749
Não Circulante			48.614	51.373

(a) A companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária neste contrato denominado de financiamento mediante abertura de crédito.

Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2016	55.122
Juros incorridos em 2017	5.178
Pagamento do principal e juros	<u>(8.100)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>52.200</u>

Covenants e garantias

O financiamento com o BNDES tem como garantia a totalidade das ações da Companhia e/ou a alienação fiduciária de equipamentos e/ou a cessão fiduciária dos direitos creditórios (recebíveis) da concessão e/ou carta fiança, calculada sobre o saldo devedor do financiamento.

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, como segue:

- Receber a receita decorrente da prestação de serviços de geração exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim;
- Constituir em favor do BNDES, e manter até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” de acordo com as condições contratuais acordadas, sendo que a movimentação da “Conta Reserva” só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES;
- Não constituir, sem prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia;
- Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas no contrato (exclusivamente para BNDES);

- Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art.202 da Lei 6.404/76;
- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida consolidado da Controladora Serras Holding S.A., apurado anualmente, igual a superior a 1,3 vezes, os quais foram atendidos em 31 de dezembro de 2017.

8 Debêntures

Em 01 de julho de 2014 a Diretoria Executiva autorizou a emissão pública de debêntures em série única de 78.500 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional real e fidejussória, no valor total de R\$ 78.500.000, com distribuição pública com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e das demais disposições e regulamentares aplicáveis. O prazo de vencimento foi de 48 meses, contadas da sua emissão e observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado e amortizações extraordinárias facultativas.

Os juros remuneratórios serão pagos pela emissora, em única parcela na data de vencimento, a taxa incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures é de CDI + 2,40% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis” por dias úteis decorridos, desde a data de emissão ou da última data de pagamento dos juros remuneratórios. O Valor Nominal Unitário será atualizado pela variação acumulada das taxas médias diárias da Taxa DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, até a integral liquidação das mesmas. A amortização ocorrerá em uma parcela na data de vencimento.

As garantias reais das debêntures são o contrato de penhor das ações, representado pela totalidade do capital social da Companhia em posse do Acionista Echoenergia Participações S.A., também são garantidas por cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes dos Contratos de Energia de Reserva - CER nº 128/10.

A última parcela de amortização do principal ocorrerá durante o exercício de 2018, portanto está classificada no passivo circulante.

	Debêntures Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.652
Juros incorridos em 2017	-
Pagamento do principal e juros	<u>9</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u><u>2.643</u></u>

9 Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal de suas atividades, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

10 Obrigações tributárias

Obrigações tributárias são saldos a pagar no âmbito federal, estadual e municipal.

Os débitos de imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

	2017	2016
IRPJ e CSLL a pagar	3.098	2.778
PIS	10	22
COFINS	30	82
Outros impostos a pagar	547	524
Total	<u>3.685</u>	<u>3.406</u>
Circulante	1.403	3.406
Não circulante	2.282	-

11 Patrimônio líquido

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 32.199 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 31.485 em 31 de dezembro de 2016) e está representado por 32.199 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

a. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável.

b. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

O saldo remanente do resultado do exercício, ficará a disposição da Assembleia para futura destinação.

12 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação da alíquota de imposto efetiva

	2017	2016
Resultado de operações continuadas antes dos impostos	1.696	3.397
Despesas/Receitas não dedutíveis	<u>(2.100)</u>	<u>1.903</u>
Base de calculo do IRPJ e CSLL	<u>(404)</u>	<u>5.300</u>
IRPJ e CSLL 34%	<u>(135)</u>	<u>1.802</u>

13 Receita operacional líquida

A receita inclui os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado não são benefícios econômicos que fluam para a entidade e não resultam em aumento do patrimônio líquido. Portanto, são excluídos da receita.

	2017	2016
Receita bruta	14.632	13.754
Energia elétrica - Geração própria	14.632	13.754
Deduções da receita	(434)	(369)
Pis sobre faturamento	(76)	(65)
Cofins sobre faturamento	(358)	(304)
Total	<u>14.198</u>	<u>13.385</u>

14 Custos de geração

	2017	2016
Encargos de transmissão e conexão	(825)	(1.016)
Arrendamento e aluguéis	(197)	-
Depreciação	(3.163)	-
Total	<u>(4.186)</u>	<u>(1.016)</u>

15 Resultado financeiro

	2017	2016
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeira	210	906
	<u>210</u>	<u>906</u>
Despesas financeiras		
Despesas com juros diversos	(5.169)	(6.301)
Comissão Fiança	(2.740)	-
Outras despesas financeiras	(157)	(539)
	<u>(8.066)</u>	<u>(6.840)</u>
Total	<u>(7.856)</u>	<u>(5.934)</u>

16 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado em 31 de dezembro de 2017, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	2017	2016
Ativo		
Echoenergia Participações S.A.	908	-
Total	<u>908</u>	<u>-</u>
Passivo		
Gestamp Eólica S.L	-	64
Eólica Serras Holding S.A.	80	80
Eólica Lagoa S.A.	264	-
Echoenergia Participações S.A. (a)	768	-
Total	<u>1.112</u>	<u>144</u>

- (a) Esses montantes referem-se a mútuos com parte relacionada, os quais poderão ser integralizados no futuro, os quais não possuem incidência de encargos financeiros, nem vencimento.

17 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2017 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

18 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

	2017		2016	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa	4.761	4.761	3.363	3.363
Contas a receber	8.158	8.158	5.184	5.184
Fornecedores	1.304	1.304	994	994
Financiamentos e debêntures	54.843	54.843	57.774	57.774
Total	69.066	69.066	70.150	70.150

b. Instrumentos financeiros por categoria

	2017		2016	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
<i>Ativos financeiros:</i>				
Caixas e equivalentes de caixa	4.761	-	3.363	-
Contas a receber	8.158	-	5.184	-
<i>Passivos financeiros:</i>				
Fornecedores	-	1.304	-	994
Financiamentos e debêntures	-	54.843	-	57.774